

■ **4.3. Mutações do trabalho e empreendedorismo de margem: o caso dos arrumadores²⁸ de automóveis** ■

Agostinho SILVESTRE ⁽¹⁾ e *Luís FERNANDES* ⁽²⁾

⁽¹⁾ Universidade Portucalense
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto
agostinhosilvestre@sapo.pt

⁽²⁾ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade do Porto
jllf@fpce.up.pt

O argumento que desenvolveremos ao longo das próximas páginas exige um esclarecimento prévio: Por que aproximamos dois objetos que têm sido construídos por campos distintos? Por que aproximamos desvio e marginalidade de trabalho, de precariedade e de desemprego?

As relações entre os dois campos são antigas: as práticas institucionais que apostavam no trabalho como forma de regeneração da ociosidade e da vagabundagem — tomamos aqui os termos da linguagem oitocentista — remontam ao período em que o binômio industrialização-urbanização foi fazendo emergir a cidade industrial moderna. É bem conhecida a dicotomia classes laboriosas/classes perigosas, que se encarregava de mostrar como o desenquadramento da moral do trabalho redundava em desordem. Até mesmo as estratégias educativas dirigidas à infância em perigo/perigosa tinham no trabalho a forma privilegiada de recondução moral das crianças e jovens – a casa de correção era, simultaneamente, escola e lugar de trabalho. A Casa Pia de Lisboa, exemplo maior desse tipo de estratégia disciplinar, remonta à sua fundação nos finais do século XVIII, e o seu modelo correspondia àquilo que Goffman conceitualizou como instituição total (Martins, 2010).

28 N.E. No Brasil, corresponde aos flanelinhas.

Essa relação antiga se inscreveu de tal modo no nosso sistema social que podemos identificar com facilidade juízos de senso comum acerca do modo de controlar toxicodependentes e prostitutas de rua, delinquentes e mendigos: «Andam nessa vida porque não querem trabalhar»; «Se fosse eu que mandasse, punha-os a todos a trabalhar». Quem não ouviu ainda essas frases, ecoadas como sentenças de governação que, por qualquer razão incompreensível, os que têm responsabilidades políticas não poriam em prática? E quem não as viu ainda aplicadas a novas categorias como «os do rendimento social de inserção» ou os «parasitas das prestações sociais»?

Além do rumor social, que condena o desvio e a marginalidade exatamente pelo afastamento que revelariam face ao poder disciplinador do trabalho, existe, de fato, algum tipo de relação particular entre ambos? As profundas mutações que ocorrem hoje no mercado de trabalho têm alguma ligação com trajetórias que conduzem os indivíduos para zonas de vulnerabilidade à pobreza, à exclusão, ao desvio, à marginalidade? Eis as questões a que dedicaremos este texto.

Antes, porém, completemos a advertência inicial: desvio/marginalidade e trabalho não são dois polos extremos, duas posições sociais opostas entre si. Um vendedor de drogas ilegais que tem, nessa atividade, a única ocupação e forma de sobrevivência está trabalhando? O nosso ordenamento jurídico diz que está praticando um crime punível com prisão – mas, na sua lógica pessoal, está trabalhando, como já demonstramos em pesquisas anteriores (Fernandes, 1998); uma mulher que angaria clientes na rua e tem relações sexuais com eles numa pensão está trabalhando? Na linguagem do senso comum, trata-se duma prostituta, ora olhada como vítima de determinadas condições sociais, ora da exploração dum «cafetão», ora como alguém que talvez pudesse trabalhar, mas «prefere aquela vida». Na sua lógica pessoal, muitas dessas mulheres, ao contrário da visão dominante a seu respeito, consideram que realizam um trabalho, como mostram várias investigações, de que destacamos, para o contexto português, a de Oliveira (2011).

E um arrumador de automóveis? É um pedinte ou está trabalhando? E se, analisado no seu quotidiano, revelasse uma faceta de empreendedor? Em tempos de celebração do empreendedorismo,

existiria também um empreendedorismo de margem? Procuraremos resposta para essas questões a partir de dois elementos: a análise crítica da literatura que tem por objeto as mutações em curso na estrutura e nas funções do trabalho; os resultados duma investigação etnográfica junto de arrumadores de automóveis em Guimarães, cujo trabalho de campo decorreu durante um ano, entre 2009 e 2010.

1. O trabalho na modernidade avançada ou o princípio da insegurança do emprego e da normalidade do desemprego

Quando se compara a trajetória laboral típica, que vigorou, na maior parte dos países desenvolvidos da Europa, no período que se convencionou designar «trinta gloriosos», (1945-1975), com os percursos laborais de um número crescente dos nossos contemporâneos, resultam importantes indicações sobre as profundas e permanentes transformações registradas pelo trabalho nos últimos trinta anos nas sociedades de capitalismo avançado. Esse é um processo, aliás, que talvez ainda só tenha começado. Ao emprego contínuo, de tempo integral e de duração indefinida, em que a antiguidade no posto de trabalho era incentivada e premiada, já designado de «emprego clássico», em um ciclo de vida laboral que se iniciava com o fim da formação escolar e terminava com a reforma previamente programada e depois garantida (Alonso, 2004), sucede, pelo menos como tendência, o emprego intermitente, precarizado, descontínuo no trajeto vital e profissional do sujeito, de duração limitada ou incerta e com baixas remunerações. O desemprego persistente e a precariedade do emprego se configuram, assim, simultaneamente, como reveladores dessas transformações e como os seus efeitos mais visíveis.

Sabemos como são abundantemente debatidas as grandes limitações dos dados estatísticos recolhidos e construídos com base na categoria desemprego. Esse problema não é exclusivo dessa condição, mas é particularmente agudo nela, dado o significado político que lhe é imediatamente associado. Concordamos com Gautié (1998, p.78), quando afirma que «(...) numerosos estudos indicam que o desemprego global, tal como é medido, não pode ser um bom indicador da realidade que ele supostamente representa». Existe, no entanto, consenso entre os especialistas e teóricos sociais (Gorz, 1991; Offe, 1992;

Castel, 1998; Meda, 1999; Beck, 2000; Bauman, 2005) quanto ao fato de estarmos assistindo, sobretudo a partir dos anos 80 e com importantes pronunciamentos na década de 90 do último século, ao aumento do número de situações e de pessoas sem trabalho remunerado.

No contexto português e europeu, são vários os estudos e indicadores que dão conta da persistência de taxas de desemprego elevadas. Sirva-nos de exemplo o relatório de sistematização dos dados sobre o mercado de trabalho na União Europeia e em Portugal na última década, elaborado pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional (2011). Esse relatório revela que, nesse período, a taxa média de desemprego em Portugal teve um crescimento quase sistemático, tendo passado de 3.9% em 2000 para 11% em 2010. Talvez mais significativo ainda seja o fato de o desemprego de longa duração (com tempo médio de 24 meses) ter passado de 1.7% em 2000 para 5.7% em 2010. Segundo o mesmo relatório, na UE-27 também se registrou, no período em análise, um aumento da taxa média de desemprego, de 8.7% em 2000 para 9.8% em 2010. Por outro lado, os contratos de duração limitada também registraram uma subida no conjunto dos países da UE-27, sendo em 2000 de 12,3%, representando, em 2010, 14% do emprego total. Essa subida foi particularmente pronunciada em Portugal, tendo passado de 19.9% em 2000 para 23% em 2010.

Quanto à precariedade do emprego, e ainda que sejam também muitas as controvérsias teóricas sobre esse tema (Oliveira *et al.*, 2011), a grande maioria das fontes e investigações estatísticas revelam o aumento dos contratos de trabalho de duração determinada; o trabalho de tempo parcial involuntário; os designados falsos trabalhadores independentes e também o emprego clandestino. Um estudo que analisou a evolução da precarização do emprego num conjunto de países da União Europeia, com base nos dados fornecidos pelo Eurostat (Oliveira & Carvalho, 2008), refere que, em que pese algumas diferenças, «o trabalho temporário se tem generalizado nos últimos vinte anos nos países membros da EU» e que o emprego precário (nesse estudo medido apenas pelo trabalho temporário) se tem instalado «progressiva e persistentemente em todas as gerações», embora seja a dos mais jovens «a mais afetada em todos os países europeus».

Conclui-se, de forma mais geral, que «os mercados de trabalho na Europa mostram uma mudança estrutural no sentido de uma rede-

finição das relações de emprego». Para as autoras, isso indicia uma nova relação salarial que, designam como *neooncorrencial*, «na medida em que todos os países avançam para uma maior liberalização das relações de emprego, seja pela liberalização das demissões individuais e/ou coletivas, seja pela expansão do trabalho temporário ou pela combinação de ambas» (Oliveira & Carvalho, 2008, p. 561).

O que esses dados sugerem é que, mesmo que se apresentem com contornos e dimensões diferenciadas, o desemprego e a precarização do emprego são problemas persistentes em todas as sociedades europeias. Parecem configurar-se, aliás, como elementos estruturais do mercado de trabalho não apenas da Europa, mas também da maioria das sociedades de capitalismo avançado. Estaremos, assim, perante uma situação relativamente nova na história recente do trabalho: após ter sido o principal atrator e configurador da vida individual e coletiva, no que registrou um forte impulso nos anos que se seguiram à II Grande Guerra, assistimos à sua rarefação. Estaremos a caminho de confirmar a profecia de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho (Arendt, 1995)?

Seja por razões de ordem tecnológica, micro ou macroeconômica, política ou sociocultural, seja como resultado da sua conjugação, as sociedades contemporâneas de capitalismo avançado parecem dispensar, cada vez mais, o trabalho humano no processo de produção de bens e de serviços. O que, além de outras consequências, significa que o crescimento econômico pode já não ser hoje a condição suficiente para a diminuição do desemprego. Como salienta Alonso (2004, p.36), «no período do Keynesianismo triunfante, conhecemos o crescimento próximo do pleno emprego; depois, nos anos da crise, de desemprego sem crescimento e, desde o início dos anos noventa, conhecemos um período de crescimento sem emprego».²⁹

29 Olhando os dados estatísticos sobre a taxa de variação do PIB na EU-27 e a sua relação com a variação do desemprego, constata-se que, pelo menos no período de 2000 a 2009, sempre que a taxa de crescimento do PIB diminuiu cresceu a taxa de desemprego, mas o crescimento da taxa real do PIB não se traduziu imediatamente no decréscimo do desemprego. Para que isso possa acontecer, é necessário que o crescimento do produto se situe acima dos 2%. (Alves, 2010). O mesmo se verificou em Portugal, que registrou uma recuperação econômica no período de 2004 a 2007, tendo, no entanto, mantido, nesse período, a tendência de subida da taxa de desemprego.

Num contexto econômico e social em que é possível produzir mais com menos trabalho humano, ganha alguma consistência a perspectiva de não haver trabalho para todos (Gorz, 1991; 2004; Offe, 1992; Beck, 2000), pelo menos na forma como os seus tempos se encontram socialmente repartidos. No entanto, seria redutor considerar o aumento do desemprego e a tendência para a generalização da incerteza do emprego como consequência do desenvolvimento das novas tecnologias ou mesmo da crescente racionalização da organização do trabalho. O desemprego e a precariedade não são apenas o resultado dos efeitos colaterais do funcionamento da economia.

Essas e outras características dos mercados de trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas, como a sua segmentação ou a fragmentação do estatuto do trabalhador (Berger & Piore, 1980; Silvestre, 2004), surgem também como estratégia de gestão macroeconômica do trabalho no quadro da globalização neoliberal. Dito de outro modo, o desemprego poderá constituir um fator na organização e na governação das políticas de flexibilização dos mercados laborais e de contenção salarial. Ora, essas questões jogam um papel importante nas estratégias de estabilização dos preços, necessárias ao cumprimento do imperativo da competitividade que orienta as economias de capitalismo avançado no contexto dessa forma de globalização.

É possível, portanto, admitir a tese de um «desemprego mínimo necessário» (Conter, 2007). Nessa perspectiva, o desemprego não significa apenas a privação de emprego, mas também uma forma de pressão sobre as condições de realização do trabalho com efeitos na desestabilização e precarização dos percursos laborais de muitos trabalhadores, alguns dos quais são relegados à condição de não empregáveis. E, igualmente, todos aqueles que por idade, incapacidade econômica, razões familiares, ausência de formação básica, dificuldades cognitivas, etc. não conseguem aceder à/ ou manter-se na formação profissional contínua ou aceder ao estatuto de empreendedor (ser empresário de si próprio, na expressão de Beck, 2000) — a não ser que decidam empreender nas margens.

1.1. Processos de marginalização avançada: a exclusão laboral no jogo de múltiplas relegações

Num mercado de trabalho cada vez mais desregulado, produtor de incerteza e multiplicador de riscos sociais (Beck, 2002), o desemprego e a precariedade do emprego apresentam, ao mesmo tempo, indícios de forte diferenciação. E, de modo particular, em função do gênero, do nível de escolaridade e do grupo socioprofissional. Ainda que se apresente como geral e massivo, o desemprego é também desigual e seletivo (Maruani, 2004; Dubet, 2001).

As várias análises de caráter científico ou institucional sobre o desemprego nos países da União Europeia revelam que, embora com algumas oscilações, as taxas de desemprego das mulheres apresentam valores superiores às dos homens. Em Portugal, segundo o relatório do observatório do emprego e da formação profissional (2011), na década de 2000-2010 a taxa de desemprego cresceu 6.7% para os homens e 7.2% para as mulheres. De mais a mais, no período em análise, foram os desempregados com um nível de escolaridade inferior ou igual ao terceiro ciclo do ensino básico que registraram o maior crescimento nas respetivas taxas de desemprego, tendo aumentado cerca de 160%. No final de 2010, 26,9% do total das pessoas desempregadas registradas nos centros de emprego tinham apenas o 1º ciclo do ensino básico.

À luz desses dados, não surpreende que, segundo o relatório que estamos citando, seja nos grupos profissionais dos operários, artífices e trabalhadores similares, seja no dos trabalhadores não qualificados, verificou-se o maior aumento do número de desempregados na última década. Se são esses os grupos socioprofissionais que registram maior incidência de desemprego, são também eles que, por mais tempo, aí permanecem. De fato, em 2010, 54,8% dos desempregados encontravam-se à procura de emprego há mais de um ano, 29,4% dos quais (171,3 mil pessoas) há 25 meses ou mais. A percentagem de mulheres em situação de desemprego de longa duração era superior à dos homens, e 72% desses desempregados possuíam até o terceiro ciclo do ensino básico.

Estaremos, pois, num contexto econômico-social em que o mercado de trabalho é cada vez mais o centro de produção, reprodução e ampliação de velhas e novas desigualdades. Nessa lógica,

são dispensados grande parte daqueles trabalhadores que não reúnem condições, designadamente de capital escolar, para responder às permanentes inovações tecnológicas e à crescente racionalização da organização do trabalho. Como refere Alonso (2004, p.34), «as novas exigências do mundo laboral transformam muitos produtores em dificilmente empregáveis». Dito de outra forma, hoje muitos trabalhadores são considerados supérfluos, com pouca ou nenhuma possibilidade de regresso ao mercado de trabalho. O que reforça, aliás, a condição e aumenta a severidade da pobreza em que muitos deles já se encontravam mesmo trabalhando.

As mutações registradas pelo trabalho nos últimos anos vieram contribuir para aquilo que Wacquant (2001) designa como «marginalidade avançada». A expressão é simétrica à do «capitalismo avançado», e com ela o autor recobre a série de desinserções e marginalidades que proliferam como consequência dos mecanismos estruturais dessa nova fase do capitalismo. A marginalidade avançada seria também a expressão de uma nova forma de existência da pobreza. No período entre a II Grande Guerra e meados dos anos setenta do último século, ela estava fixada majoritariamente em comunidades da classe trabalhadora, acreditando-se poder ser reduzida com a expansão do mercado; nas sociedades atuais, ela tende a ser de longa duração. A primeira razão para o fato é a sua dissociação em relação aos ciclos econômicos. Essa marginalização está, além disso, confinada a bairros relegados, nos quais o isolamento e o acúmulo de problemas sociais se alimentam e se reforçam mutuamente. Como refere Dubet,

«o declínio da sociedade salarial acarretou um deslocamento da questão social que se assemelha, em vários pontos, ao da época da entrada na sociedade industrial, na medida em que o núcleo dos problemas se desloca das fábricas para a cidade, para as periferias ou centros de cidade degradados, onde se concentram os grupos mais frágeis, mais pobres, mais estigmatizados». (Dubet, 2001, p. 9)

Ademais das dificuldades que decorrem do funcionamento dos mercados de trabalho, o fato de se viver nesses territórios aumenta as dificuldades de conseguir emprego (L'Horty *et al.*, 2011; Wacquant, 2001). E, quando se consegue, trata-se de trabalhos pouco qualifi-

cados e exercidos em condições muito desfavoráveis, além do mais por via da discriminação salarial de que sobretudo os jovens são alvo (Couppié *et al.*, 2010).

Os trabalhos que estudam especificamente as configurações do desemprego e da precariedade do emprego nesse tipo de territórios em Portugal são relativamente escassos. Contudo, a simples observação de quem, como um de nós, trabalha há muito tempo com habitantes de bairros de habitação social no Porto, permite admitir que o desemprego é aí superior ao registrado no país e mesmo na cidade. Além disso, a precariedade do emprego adquire dimensões e dinâmicas muito particulares: as modalidades do trabalho por peça e por dia são cada vez mais frequentes, não apenas para jovens, mas também para pessoas com mais de cinquenta anos, sobretudo mulheres. Não só o trabalho informal, bem como as ocupações ligadas à economia subterrânea adquirem importante expressão, o que tem levado alguns desses bairros a ser apelidados de «bairros das drogas» pela comunicação social.

Num estudo recentemente realizado num dos bairros dos arredores de Lisboa (Silva & Machado, 2010), além de se confirmar que a taxa de desemprego era «cerca de três vezes maior do que a nível nacional» (p. 203) e de que «há no bairro mais precariedade laboral do que no país», comparando a situação laboral dos jovens desse bairro com a de outros jovens, conclui-se que «são proporcionalmente muitos mais nas categorias profissionais mais desqualificadas e muito poucos nas mais qualificadas» (p.201).

Em síntese, numa situação de «penúria» de emprego, o fato de se viver num «bairro social degradado» pode condicionar ainda mais negativamente o percurso profissional dos que lá habitam. Viver nesses territórios significa, aliás, estar frequentemente em situação de múltipla rejeição, até porque «uma rejeição raramente vem só, fato que lhe confere um caráter especialmente violento» (Fernandes & Neves, 2010, p.319). O desprezo por essas populações não é, com efeito, apenas por parte dos empregadores, mas também da polícia, dos tribunais, dos serviços de apoio social (Wacquant, 2001) e dos próprios vizinhos (Dubet, 2001). Como se torna difícil a tarefa de

conseguir emprego (e muito mais complicado ainda mantê-lo) pelo menos no mercado formal, a saída para muitos dos seus habitantes poderá ser a informalidade do trabalho, ou o trabalho clandestino, de que releva a venda de drogas ilegais.

Analisaremos, a seguir, uma figura que emerge precisamente em consequência da problemática que desenvolvemos ao longo desta secção: o arrumador de automóveis. Sendo em si mesmo um ator do trabalho informal, ele tem a particularidade de ser, também, um assíduo cliente dum outro ator do trabalho informal, pois canaliza a maior parte dos seus ganhos para comprar do vendedor de rua do mercado de varejo de drogas ilegais o produto de que necessita para fazer face à sua dependência.

2. Arrumadores de automóveis e trabalho informal

A figura do arrumador de automóveis fez a sua aparição nas ruas e praças das grandes cidades portuguesas há cerca de 20 anos. A sua visibilidade foi crescendo ao longo dos anos 90, datando, do final dessa década, as primeiras medidas municipais para tentar controlar a sua proliferação.³⁰

O arrumador não tardaria a aparecer também nas cidades médias – e foi numa delas que desenvolvemos um trabalho de campo etnográfico do qual extrairemos os dados que nos levaram a olhar para o arrumador de automóveis como uma figura do trabalho informal e para a sua iniciativa de angariar meios de sobrevivência como empreendedorismo de margem.³¹

30 No Porto, criou-se uma resposta sócio-sanitária dirigida aos arrumadores de automóveis, o programa Há Porto Contigo, no final dos anos 90. Em 2002, a então recém-eleita coligação de centro-direita afirma haver na cidade cerca de 700 arrumadores e declara a vontade política da sua «erradicação» (termo utilizado pelo executivo camarário), a bem da restauração da ordem e do combate ao sentimento de insegurança, nascendo o programa Porto Feliz.

31 Fernandes e Araújo (2010) A vida do Andamento, para a descrição detalhada dos objetivos, da metodologia e dos principais resultados dessa investigação, levada a cabo no centro de Guimarães, num estudo solicitado e financiado pelo Departamento de Ação Social da Câmara Municipal de Guimarães. <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/20111024121157578687.pdf>

As definições de senso comum em torno do arrumador, construídas nas interações diárias nos espaços onde a sua presença era usual, diziam que se tratava dum toxicod dependente de rua que lançava mão de um novo expediente para angariar o dinheiro de que necessitava para o seu consumo. O arrumador aparecia, pois, como uma nova modalidade do «agarrado», termo que se foi vulgarizando para designar o adicto às drogas duras, irrompendo num cenário que faria dele o promotor da interface entre toxicod dependente e cidadão comum: as ruas da baixa, as zonas comerciais, as imediações de atratores automobilísticos, como hospitais, tribunais ou lojas do cidadão, eram os espaços que iam sendo apropriados pelos arrumadores, que criavam assim os «parques» – termo com o qual designavam o território que consideravam sob a sua alçada.

A sua presença continuada criaria rapidamente um estereótipo que o associava às drogas e à exclusão social. Encontramos na figura abaixo uma caricatura desse estereótipo:



O arrumador de automóveis é, portanto, um novo ator da rua: utiliza-a como lugar de sobrevivência, apropria-se de certas zonas do espaço público montando aí a sua atividade. Se tomarmos a rua no sentido que lhe dá Delgado (2011, pág. 27), o de «um cenário predileto para a teatralização de diferentes segmentos identitários que compõem uma sociedade, (...) uma entidade dinâmica e instável, elaborada e reelaborada constantemente pela prática dos seus utilizadores», podemos dizer que o arrumador de automóveis é também seu criador – porque as margens também criam centro.

2.1 Trajetória

A seguir, vamos nos reportar aos dados do trabalho de campo etnográfico na baixa e no centro histórico de Guimarães, que vieram corroborar, no seu essencial, os dum estudo exploratório anterior realizado no Porto (Matias e Fernandes, 2009). A trajetória típica dos indivíduos que encontramos na rua cuidando de automóveis, todos do sexo masculino e na sua maioria entre os 25 e os 45 anos, inclui entre as características centrais uma relação longa com drogas (mais de 10 anos em todos eles, em alguns casos mais de 20) e uma relação instável com o trabalho formal: pertencendo ao segmento secundário do mercado laboral, têm entrada às vezes precoce nele, por vezes mesmo antes da idade legal, consequência do abandono precoce da escola. A baixa escolarização lhe determina um percurso laboral marcado pela execução de tarefas pouco diferenciadas e pela descontinuidade, oscilando entre a desocupação e o trabalho itinerante e precário. Tome-se, como exemplo, a passagem da construção civil a uma tinturaria, desta a uma tipografia; ou de açougueiro a operário fabril, da fábrica para a construção civil.

É também comum, entre quase todos, uma situação familiar, tanto da família de origem como da que formaram, marcada por conflitos e rupturas. A convergência entre essas circunstâncias e a degradação da situação face ao trabalho acaba por ter um desfecho também frequente entre os arrumadores com quem contactamos: a saída de casa, sujeitando-se à itinerância do alojamento, oscilando

entre quartos de pensão, passagem temporária por casas de familiares e, não raramente, a situação de sem abrigo.³²

À medida que escala na sua dependência química, complica a trajetória laboral, que se torna ainda mais marcada pelas experiências de curta duração e pela precariedade. Até que o trabalho aparece quase como uma impossibilidade, difícil de se vincular com a realidade da síndrome de abstinência e da vida de rua. A abstinência, conhecida como ressaca na gíria de rua, é temida pelo adicto, que tendencialmente organiza todo o seu quotidiano para poder escapar dela. Ser um «ressacado», ou simplesmente um «ressaca», é estar numa espécie de estado identitário que representa um dos graus mais baixos a que chega um «agarrado». A ressaca é, pois, um verdadeiro princípio de ação, marcando a temporalidade e determinando o quotidiano do ressacado, todo ele organizado em função de evitá-la. Para isso, tem de consumir heroína ou base de coca (depende de qual seja a droga nuclear da sua dependência), para consumir tem de comprar, para comprar tem de ter dinheiro. É, nesse ponto, que alguns exibem então o seu lado empreendedor.

2.2 Um empreendedorismo de margem

O termo empreendedorismo tem se instalado no discurso social, constituindo atualmente um daqueles refrões com que se compõem frases nos debates mediáticos e na retórica política. No entanto, ele não é novo. Parece ter surgido no ambiente intelectual francês nos séculos XVII e XVIII, definindo-se o empreendedor como uma pessoa ousada e atrevida que procurava a exploração de novos meios

32 A relativa novidade do arrumador é provavelmente o fator responsável pela quase inexistência de investigação a seu respeito. Uma das poucas caracterizações que encontramos, realizada a partir dos arrumadores identificados pelo projeto Porto Feliz da Câmara Municipal do Porto e relativa a 2005, é convergente com os nossos dados: «cerca de 90,2% é do sexo masculino, 84,7% desempregada, 82,1% toxicodependente, média de idades situada nos 35 anos e com o 6º ano de escolaridade. Para cerca de 66,1%, o ‘arrumar carros’ consiste na principal fonte de rendimento. 65% apresentam-se infectados pela Hepatite C e 31% são infectados pelo VIH (ou HIV). Aproximadamente metade da amostra era Sem-abrigo (49,4%) e cerca de 33,6% afirma não fazer qualquer refeição quente por dia» (Fonseca in Costa, 2007).

econômicos com vista ao progresso social (Gaspar, 2006). No início do século XIX, Richard Cantillon distingue entre o capitalista, que é aquele que fornece dinheiro para a atividade econômica, e o empreendedor, que é aquele que é responsável por gerir o investimento do capital (Gaspar, 2006).

É interessante notar como essa distinção entre quem dá e quem gere o dinheiro está ainda presente na forma como o Instituto do Emprego e Formação Profissional conceitua atualmente o empreendedorismo: a banca*, através dos principais grupos financeiros, aparece, nos Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), como mediadora da atividade do empreendedor.³³ Só que agora o empreendedor é procurado entre os atingidos pelo crescimento do desemprego, entre os jovens sem formação universitária à procura do primeiro emprego, entre os trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal, no último ano de atividade, seja inferior à retribuição mínima mensal garantida. Ou seja, o Estado aciona mecanismos para promover o empreendedorismo para grupos em situação de vulnerabilidade, que é uma zona perigosamente vizinha da pobreza — se antes se associava o empreendedorismo ao lado expansivo do capitalismo, ele aparece hoje associado ao seu lado retrativo.

Se o termo não tem nada de novo, a sua recuperação como categoria central para o atual discurso sociopolítico releva daquilo a que já se convencionou chamar individualismo contemporâneo. Não é aqui o lugar para explorar as suas várias facetas, desde o definhamento das lógicas coletivas e solidárias à medida que se afirma o papel do sujeito como principal autor da sua trajetória, até a secundarização das condições estruturais que constroem os atores em favor da afirmação do seu (des)mérito individual. Na área do trabalho, isso equivale a responsabilizá-los tanto pela obtenção do emprego como pelo seu desempenho nele, tanto pela sua perda como pelo tempo que permanecem na situação de desempregados.

33 No *site* oficial do Instituto do Emprego e Formação Profissional: http://www.iefp.pt/apoios/candidatos/CriacaoEmpregoEmpresa/Paginas/Apoios_Criacao_Empresas.aspx

* NE: “banca” em Portugal, refere-se ao Conjunto de Bancos e Instituições Financeiras.

Em suma, se a consequência mais notada da desregulação é o poder desestruturador que essa desregulação exerce sobre a vida individual e coletiva, ela é também espaço de emergência de outras formas de expressão e organização do trabalho, incentivadas por uma nova vaga de matriz ideológica para a sua revalorização em torno da noção de empreendedorismo. Incorporada no discurso político, considerá-la uma virtude a ser promovida ou um mal a ser combatido é apenas questão da posição de cada um no espectro ideológico.³⁴

Mas, independentemente da ideologia, empreendedorismo significa identificar oportunidades e transformá-las em negócio, identificar novos métodos e/ou mercados. É o que faz o arrumador, com a originalidade de o fazer a partir dum desengajamento do trabalho formal e duma posição social desvalorizada e relegada ao ostracismo – um empreendedorismo a partir da margem, portanto. É como se ele viesse a dar continuidade à desqualificação do empreendedorismo na escala social: começando por ser distintivo de certos empresários e gestores, passa a ser comportamento a que se veem coagidos os que se encontram nas fileiras do desemprego e acaba nas ruas, como característica daqueles que têm de sobreviver nas margens.

A presença do arrumador de automóveis nos centros urbanos é, pois, marcada pela ambiguidade: está apenas cuidando de carros, interage amigavelmente com o motorista, que chega, quando a relação é já de confiança, a entregar-lhe a chave do carro ou a acreditar que vigia o carro. Mas gera também inquietação, contribuindo para alimentar a intensificação do sentimento de insegurança, seja pela associação que se faz com a droga, seja pelo receio das retaliações que exerce sobre o automóvel quando não recebe dinheiro (Matias e Fernandes, 2009).

34 Dê-se, como exemplo, o Projeto de Resolução Política apresentado em Assembleia da República pela bancada do PSD em março de 2012, que «recomenda ao Governo a promoção de incentivos ao empreendedorismo jovem (...) considerando que o empreendedorismo seja no momento presente uma alavanca, um meio e um fim para atingir os objetivos pretendidos pelos jovens que enfrentam este que é o maior flagelo da atualidade, o desemprego» (pág. 2). Esse projeto de Lei foi aprovado pela maioria PSD/CDS, com abstenção do PS e votos contra do PCP e do BE. In <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheIniciativa.aspx?BID=36837>

É justamente no reconhecimento de que se trata duma figura da desordem que, em 2002, o Dec. Lei 310/2002 estipula que o exercício da atividade de arrumador de automóveis deverá ser objeto de regulação municipal, estabelecendo as condições para o respectivo exercício da atividade.

Mas também essa regulamentação legal gera ambiguidade: embora pretenda livrar as cidades duma figura de errância de rua, reconhece, simultaneamente, que o exercício da atividade de “arrumador” de automóveis é uma profissão, como decorre da alínea 1 do artigo 16º do Dec. Lei 310/2002, que determina que esse exercício sem licença ou fora do local – zona –, indicado na regulamentação, é punido com multa de 60 a 300 euros...

2.3 O arrumador de automóveis como figura do trabalho informal

Cuidar de carros é, então, um trabalho ou simplesmente uma estratégia para pedir dinheiro na rua? Nas cidades que regulamentaram por iniciativa autárquica o decreto-lei 310/2002, ele é simultaneamente trabalhador formal e ilegal: formal para os poucos que conseguem a licença de arrumador, ilegal para os muitos que continuam nessa prática nascida espontaneamente nas ruas.

A regulamentação legal vem afinal formalizar, como tantas vezes acontece na área do direito, uma situação que se pressentia já como relevando do trabalho. Atentemos na reportagem que o jornal *A Página da Educação* publicou no final dos anos 90 do século passado com o título *Arrumadores de automóveis: histórias de um esquema paralelo de vida*³⁵:

‘Arrumar carros é só um desenrasque. Se eu pudesse arranjar outro trabalho deixava esta vida...’. Uns vêem assim as coisas. Outros acham que arrumar carros é ‘uma profissão como outra qualquer’ e que não gostavam de fazer outra coisa.

35 *A Página da Educação*, nº 1, ano 0, reportagem de Ricardo Costa intitulada *Arrumadores de automóveis: histórias de um esquema paralelo de vida*.

Afinal, como explicou o Paulo César, 29 anos, com lugar cativo frente ao hospital de Santo António, ‘às vezes chega-se aos 300 contos por mês’. Exagero ou não, o fato é que umas seis horas diárias de trabalho podem render a um arrumador de automóveis não menos do que 80, 90 contos mensais. Com um pouco mais de trabalho, chega-se aos 100, 120 contos. Uma verdadeira profissão de ‘sucesso’, aqui retratada em três breves histórias.

Conseguir angariar o mínimo para as necessidades diárias através dum empreendedorismo de margem correspondeu, no caso dos arrumadores, a uma reentrada no circuito da cidade. E é provavelmente por isso que se torna importante, olhado a partir do seu próprio ponto de vista, considerar que se está realizando algo parecido com um trabalho. Foi o que mostrou a pesquisa de terreno, quando analisamos, em pormenor, aquilo que fazem e como o fazem dia após dia, no seu «parque».³⁶

Os dados empíricos mostram que a sua atividade se configura como um trabalho essencialmente por quatro ordens de razões:

- razão econômica: porque ela remunera as necessidades mínimas, permitindo o reestabelecimento duma certa normalidade do quotidiano de indivíduos, cujas trajetórias estavam em desorganização avançada;
- razão existencial: porque ela estrutura a jornada diária, organizando o tempo e conferindo assim um sentido à ação.
- razão subjetiva: porque o indivíduo se percebe como trabalhador, mostrando, em muitos casos, responsabilidade pela tarefa e pelo compromisso com o «cliente» e ocupando como que um posto que tem de defender da concorrência.
- razão prática: porque, não raro, o indivíduo presta de fato um serviço, embora de valor discutível — no que não é diferente, aliás, de muitos outros trabalhos.

³⁶ Para a caracterização das rotinas diárias do trabalho num «parque» remetemos para *A vida do Andamento*: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/doDument/20111024121157578687.pdf>

Voltemos, para finalizar, à questão com que abrimos esta seção: cuidar de carros é, então, um trabalho ou simplesmente uma estratégia para pedir dinheiro na rua? Talvez seja algo que oscila entre ambas as atividades. Mas é, sobretudo, o movimento contrário daquele que mais facilmente reconhecemos, que é o do trabalhador que, por uma série de vicissitudes, entra numa espiral de degradação do vínculo social que acaba no isolamento. Se, em muitos casos, a trajetória dum «ressacado» o conduz até a um qualquer lugar urbano onde arruma automóveis, persistir nessa estratégia pode levar a uma «carreira» de arrumador que revela algum poder de readmissão, ainda que não valorizada socialmente, nas atividades diárias duma urbe.

Referências Bibliográficas

- Alonso, L. (2004). La sociedad del Trabajo: debates actuales. Materiales inestables para lanzar la discusión. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 4, 21-48.
- Alves, N.A. (2010). Evolução articulada do PIB e do desemprego. Portugal e a média da União Europeia, 2000- 2009. In Carmo, R. M. do (org), *Desigualdades sociais 2010- Estudos e indicadores*. Lisboa: Mundos sociais.
- Arendt, H. (1995). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária (7ª Edição)
- Bauman, Z. (2005). *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Beck, U. (2000). *Un nuevo mundo feliz – la precariedad del Trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- Beck, U. (2002). *Libertad o capitalismo - Conversaciones con Johannes Willms*. Barcelona: Paidós.
- Berger, S. & Piore, M. (1980). Dualism and discontinuity. *Industrial society*. Cambridge: University Press.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Conter, B. (2007). Plein-emploi ou chômage nécessaire: la

stratégie européenne pour l'emploi, entre utopie et pragmatisme. *Politique européenne*, 1, 21-40.

- Costa, E. (2007). *Poder Local e Exclusão Social: o Projecto Porto Feliz*. Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro

- Couppié, T. et al. (2010). Lieu de résidence et discrimination salariale: le cas des jeunes habitants dans une zone urbaine sensible. *Économie et statistique*, 433-434, 47-70.

- Delgado, M. (2011). Distinción y estigma. Los jóvenes y el espacio público urbano. In J. Trilla, J. Casal, C. Feixa, M. Figueras, A. Planas, O. Romani, J. Saura e P. Soller (eds.). *Jóvenes y espacio público. Del estigma a la indignación*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

- Dubet, F. (2001). As desigualdades multiplicadas. *Revista Brasileira de Educação*, 17, 5-19.

- Fernandes, L. (1998). The world of the dealer and the exposure to dust. *Itaca – Magazine of the European Society of Professionals Working with Drug Dependences*, 3, 71-84.

- Fernandes, L. e Neves, T. (2010). Controlo da marginalidade, violência estrutural e vitimações coletivas. In C. Machado. *Novas formas de vitimação criminal*. Braga: Psiquilíbrios, Edições.

- Gaspar, F. (2006). *A Influência do Capital de Risco e da Incubação de Empresas no Empreendedorismo e na Mortalidade das Jovens Empresas*. Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada, Lisboa.

- Gautié, J. (1998). Da invenção do desemprego à sua desconstrução. *Revista MANA*, 4, 2, 67-83.

- Gorz, A. (1991). *Metamorphoses du travail, Quêtê du Sens – Critique de la raison économique*. Paris: Glileè.

- Gorz, A. (2004). *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: ANNABLUME, Editora.

- L'Horty, Y. et al. (2011). Les effets du lieu de résidence sur l'accès à l'emploi: un test de discrimination auprès de jeunes qualifiés. *Économie et statistique*, 447, 71-95.

- Maruani, M. (2004). *Activité, Précarité, Chômage: Toujours Plus? Revue de L'OFCE*, 90, 95-115.
- Martins, C. (2010). A casa pia de Lisboa como Instituição Total e o Governo do Aluno Surdo. *Educação, Sociedade e Culturas*, 30, 95-111.
- Matias, M. e Fernandes, L. (2009). Desarrumar o Medo... O Arrumador de Carros como Figura do Medo na Cidade. *Toxicodependências*, 15, 3, 9-22.
- Meda, D. (1999). *O trabalho: um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de século
- Observatório do Emprego e Formação Profissional (2011). *Aspetos estruturais do mercado de trabalho*. Lisboa: OEFP.
- Offe, C. (1992). *La sociedad del trabajo – Problemas Estructurales y perspectivas de futuro*. Madrid: Alianza Editorial.
- Oliveira, A. (2011). *Andar na vida*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, L. & Carvalho, H. (2008). A precarização do emprego na Europa. *DADOS- Revista de Ciências sociais*, 5, 541-567.
- Oliveira, L. *et al.* (2011). Formas atípicas de emprego na União Europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, 27-48.
- Silva, A. & Machado, L. (2010). Trabalho e desemprego entre jovens de um bairro social. In Carmo, R. M. do (org), *Desigualdades sociais 2010 – Estudos e indicadores*. Lisboa: Mundos sociais.
- Silvestre, A.R. (2004). *Desvio com via dupla: trabalho e drogas na construção de carreiras desviantes*. Tese de Mestrado (não publicada), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da U.P, Porto.
- Wacquant, L. (2001). *Parias Urbanos. Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires: Manantial.